

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

Conselho discute súmula sobre aplicação de multas

Valor Econômico - 10/12/2015

Beatriz Olivon

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) começou a analisar a aplicação de uma de suas súmulas mais recentes. A questão está na pauta da 2ª Turma da 3ª Câmara da 1ª Seção e envolve a HSBC Corretora. A empresa tenta manter a aplicação do texto que impede a sobreposição de multas - de ofício e isolada.

Já a Fazenda defende a incidência das duas multas e teve um voto a seu favor, do relator. A discussão, em embargos de declaração, foi suspensa por um pedido de vista e deverá ser retomada na próxima sessão, em janeiro.

No caso, a HSBC Corretora havia obtido uma decisão favorável na turma para afastar multa isolada aplicada em sua autuação decorrente da desmutualização da Bovespa. Não está em discussão a cobrança de valores referentes a CSLL e Imposto de Renda, apenas as multas aplicadas.

A HSBC participava das duas bolsas, tanto de mercadorias como de valores, e participou do processo de desmutualização. Diversas corretoras discutem autuações referentes à questão. Elas foram autuadas porque, com a incorporação da Bovespa Holding pela Nova Bolsa (denominação social anterior da BM&FBovespa), entregaram as ações da Bovespa, recebendo ações da Nova Bolsa.

Para a Receita Federal, a operação teria gerado ganho de capital, resultante da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil das ações. Sobre a diferença, segundo o Fisco, deveria ser recolhido o Imposto de Renda e a CSLL. Já as corretoras alegam que a operação configuraria apenas troca de papéis.

Ao julgar as multas da HSBC Corretora, no começo do ano, antes da paralisação das atividades, a turma havia mantido a multa de ofício e cancelado a multa isolada (que representa 50% do valor da autuação), seguindo a súmula 105 do conselho.

O texto afirma que a multa isolada por falta de recolhimento não pode ser exigida ao mesmo tempo da multa de ofício por falta de pagamento de Imposto de renda e CSLL apurado no ajuste anual. A multa isolada deve substituí-la.

A Fazenda recorreu, por meio de embargos, recurso usado para esclarecer obscuridades ou omissões em decisões. O relator acatou o recurso na sessão de ontem. Ele entendeu que considerando a redação da súmula, não estava claro se ela atingiria os fatos.

O Globo

Sigilos de filho de Lula e de ex-ministro são quebrados

O Globo - 10/12/2015

Juiz acolhe pedido e autoriza acesso aos dados bancário e fiscal

A Justiça Federal determinou a quebra do sigilo bancário e fiscal do exsecretário-geral da Presidência Gilberto Carvalho e da LFT Marketing Esportivo e mais duas empresas de Luis Claudio Lula da Silva, um dos filhos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O juiz da 10ª Vara Federal, Vallisney de Souza Oliveira, autorizou o acesso aos dados das contas de Carvalho e das empresas de Luis Claudio ao acolher um pedido do procurador regional da República José Alfredo, um dos coordenadores da Operação Zelotes.

PEDRO KIRILOS/27-10-2015 Investigação. Luis Claudio, filho de Lula, ao volante: três empresas terão os sigilos quebrados; Operação Zelotes, da PF, investiga relação com lobista

O pedido do procurador tem como base sugestão da Receita Federal, que também participa da Zelotes. Semana passada, a Polícia Federal decidiu abrir inquérito específico para investigar a movimentação financeira de Carvalho e Luis Claudio. A PF e o Ministério Público investigam a relação dos dois com Mauro Marcondes, ex-vice-presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores).

Marcondes é acusado de chefiar um grupo de lobistas suspeitos de comprar trechos de três medidas provisórias favoráveis às montadoras, em especial Caoa e da MMC, representantes da Hyundai e Mitsubishi. Pelas investigações, o grupo recebeu mais de R\$ 32 milhões da Caoa e da MM para ampliar isenções fiscais de três medidas provisória. Uma das medidas foi editada em 2009 pelo então presidente Lula e aprovada pelo Congresso Nacional.

REUNIÃO COM LULA O texto foi reeditado outras duas vezes, em 2011 e 2013. Um dos relatores de uma das medidas provisórias foi o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Ao longo das investigações, a polícia identificou diversos políticos e servidores públicos que tiveram contato com Mauro Marcondes durante as negociações da medida provisória. Entre essas pessoas está Gilberto Carvalho. Em depoimento à PF, em 26 de outubro, o ex-ministro disse que agendou reunião do Marcondes com Lula.

Carvalho argumenta que Marcondes era vice-presidente da Anfavea e, portanto, era natural que fosse recebido pelo presidente. Segundo ele, vários outros empresários do setor também se reuniram com Lula para tratar da MP, um assunto de interesse do país. Os investigadores também querem aprofundar a apuração sobre pagamentos da ordem de R\$ 2,4 milhões de uma empresa do ex-vice-presidente da Anfavea, a Marcondes e Mautoni, para a LFT Marketing Esportivo, em 2014.

Em depoimento à PF, Marcondes disse que contratou a LFT para fazer pesquisas e consultorias relacionadas ao marketing esportivo. Os investigadores consideraram as explicações insuficientes. A empresa de Luis Claudio não tem funcionários. Relatório da polícia apontou que parte da suposta consultoria de Luis Claudio teria sido extraída de textos da internet.

A partir da Zelotes, PF, MP e Receita investigam o envolvimento de 70 grandes empresas e bancos em manipulação de decisões do Conselho de Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e na suposta compra de MPs de isenção fiscal para montadoras de carro. O pedido de quebra de sigilo de Carvalho e Luis Claudio foi revelado pelo

GLOBO em 18 de novembro. Carvalho disse que não via problema na quebra do sigilo bancário e fiscal.

Em nota, a defesa de Luís Cláudio informou que os sigilos dele já tinham sido quebrados em outro inquérito, que já está encerrado. Por esta razão, a defesa considera que “não há qualquer elemento a justificar nova medida invasiva”. O texto do advogado Cristiano Zanin diz: “Os advogados de Luís Cláudio tomarão as medidas cabíveis para impugnar a quebra de sigilo, para que ela também seja reconhecida ilegal pela instância superior”.

Folha de S.Paulo

Justiça quebra sigilos de filho de Lula

Folha de S. Paulo - 10/12/2015

DADOS FISCAIS E BANCÁRIOS DE LUIS CLAUDIO E DO EX-MINISTRO GILBERTO CARVALHO SERÃO ANALISADOS PELA OPERAÇÃO ZELOTES

Investigação é feita na Operação Zelotes; empresa de lobby pagou R\$ 2,5 milhões a filho do ex-presidente

Rubens Valente

O juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal de Brasília, acolheu pedido do Ministério Público Federal e determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa LFT Marketing Esportivo, pertencente a um filho do ex-presidente Lula, Luis Claudio Lula da Silva, e do ex-ministro e ex-chefe do gabinete pessoal de Lula, Gilberto Carvalho, hoje presidente do conselho nacional do Sesi (Serviço Social da Indústria). A decisão, antecipada pelo portal "G1", foi tomada há duas semanas e está sob sigilo de Justiça.

A investigação é um desdobramento da Operação Zelotes, desencadeada em março para apurar supostas fraudes e corrupção no **Carf**, conselho vinculado ao Ministério da Fazenda que julga recursos de empresas contra multas aplicadas pela Receita Federal. A investigação da PF e do Ministério Público revelou que a empresa de Luis Claudio recebeu, entre 2014 e 2015, um total de R\$ 2,5 milhões da firma de lobby Marcondes e Mautoni, pertencente ao lobista e ex-diretor da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) Mauro Marcondes Machado.

Na mesma época, a Marcondes e Mautoni recebeu R\$ 16 milhões de duas empresas, a MMC e a Ccoa, que atuam com produtos da Hyundai e da Mitsubishi. Segundo a PF, estavam interessadas em obter medidas do governo federal para estender benefícios fiscais no setor automotivo. A PF e a Procuradoria da República no Distrito Federal querem saber se há relação entre medidas adotadas pelo governo para o setor e os pagamentos feitos à empresa de Luis Claudio.

Também querem saber se há justificativa para o pagamento dos R\$ 2,5 milhões. Sobre Gilberto Carvalho, os investigadores pretendem saber se ele recebeu alguma vantagem indevida enquanto trabalhava no governo e se ajudou de forma ilegal a edição de medidas provisórias que a PF considerou "compradas" para beneficiar o setor automotivo. Procuradores que atuam na investigação pediram cautela sobre a avaliação do papel de Carvalho e levantaram a hipótese de o nome do ex-ministro ter sido usado indevidamente por lobistas.

Luis Claudio afirmou à PF ter trabalhado em projetos na área esportiva. Ele entregou à PF estudos que comprovariam os serviços prestados à Marcondes e Mautoni. A PF, porém, submeteu o material à análise técnica e concluiu que "o estudo produzido é baseado em meras reproduções de conteúdo disponível na rede mundial de computadores, em especial no site Wikipédia", uma enciclopédia virtual.

Correio Braziliense

Editorial - Corrupção é ameaça à vida

Correio Braziliense - 10/12/2015

No Dia Mundial de Combate à Corrupção, instituído pela ONU e lembrado ontem, o Brasil poderá ser reconhecido, pela Transparência Internacional, como referência pelas ações da Operação Lava-Jato. As investigações, conduzidas pelo Ministério Público da União e pela Polícia Federal, desmontaram esquema de propina instalado na Petrobras e levaram à prisão empreiteiros, políticos, dirigentes partidários e banqueiros. Hoje, no ranking mundial, o país ocupa a 69ª posição entre 175 nações.

A campanha Desmascarar a corrupção, lançada ontem, se estenderá até 9 de fevereiro, quando serão divulgados os casos mais notórios do mundo. O Ministério Público Federal também iniciou campanha com 10 medidas contra o mal, avaliado pelos brasileiros como o principal problema nacional. O intuito do MPF é conquistar a adesão dos cidadãos às propostas, que serão levadas ao Congresso. Entre elas, criminalizar o enriquecimento ilícito de agentes públicos, tornar a corrupção de altos valores crime hediondo e recuperar o lucro proveniente das fraudes.

A corrupção virou pandemia. Contamina, em grau variado, a organicidade do Estado, das relações pessoais e o comportamento dos indivíduos em todo o planeta. No Brasil, a doença chegou com os colonizadores. Evoluiu como a tecnologia. Os mecanismos de transparência mostram que o combate ao mal está longe de atingir a agressividade necessária para sua erradicação. O Índice Nacional de Transparência ainda é rasteiro: 3,91%, considerando os municípios e as 27 unidades da Federação.

Só neste ano, o Ministério Público Federal ajuizou 1.229 ações de improbidade e 901 penais. Em curso, há mais 26 mil investigações para apurar responsabilidades por desvios dos recursos públicos e outros ilícitos. Somam-se ainda as operações especiais de repercussão regional, como a Amarath, em Mato Grosso, que desvendou crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro; a Zelotes, no Distrito Federal, que apurou fraudes milionárias no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), do Ministério da Fazenda, por meio de propinas para redução de multas de grandes empresas.

Identificar e prender corruptos é necessário, mas não suficiente. No instante em que um esquema é desmontado, outros surgem. A legislação é branda e oferece brechas para uma série de artifícios que postergam a punição dos autores de

desmandos, o que faz prevalecer a impunidade. Episódios dos gêneros são fartos. Há casos em que os processos tramitam por décadas, vários crimes prescrevem e os delinquentes acabam por reforçar a ideia de que o crime compensa.

Faltam mecanismos de controles mais eficazes que inibam o desejo de praticar o ilícito. O prejuízo à nação é altíssimo. No Brasil, estima-se que a corrupção movimente mais de US\$ 200 milhões. Cifra altíssima para a sociedade que se debate ante a falência de serviços públicos essenciais, como saúde, educação, segurança, saneamento básico, que fazem a diferença para a qualidade de vida. O engajamento do cidadão no combate às fraudes é exercício de cidadania e fundamental à construção de um país melhor.

Jornal da Câmara - DF

Comissão aprova relatórios de fiscalização

10/12/2015

Os relatórios de três subcomissões tratam de preparativos para Olimpíada, Operação Zelotes e serviços de telefonia

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle aprovou ontem os relatórios de três subcomissões criadas neste ano: a que acompanha os preparativos para os Jogos Olímpicos de 2016; a que analisa as investigações da Operação Zelotes, da Polícia Federal; e a que fiscaliza os serviços de telefonia no País. Os três recomendaram que os casos continuem a ser acompanhados no ano que vem.

Jogos - O relator da subcomissão dos Jogos Olímpicos, deputado Valtenir Pereira (PMDB-MT), mostrou preocupação com os gastos públicos e os prazos para entrega das obras, no Rio de Janeiro. Segundo Pereira, o Tribunal de Contas da União (TCU) já emitiu diversos alertas sobre atrasos nas obras, principalmente em relação ao complexo esportivo de Deodoro, que vai sediar 11 modalidades olímpicas. Sem contar as obras de mobilidade urbana na cidade, que também estão atrasadas, de acordo com a subcomissão.

Ao longo dos trabalhos, a subcomissão, que é permanente, questionou os gastos das Olimpíadas, que teriam triplicado em relação à previsão inicial.

Operação Zelotes - Outra subcomissão permanente foi criada para acompanhar as investigações da Operação Zelotes e, por isso, também deve prosseguir no ano que vem.

A Operação Zelotes investiga um esquema de extinção de débitos tributários no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão do Ministério da Fazenda onde contribuintes recorrem contra multas. Segundo as investigações, há indícios de que a sonegação por meio de perdão fraudulento de dívidas chega a quase R\$ 6 bilhões.

O relator da subcomissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), recomendou a continuidade dos trabalhos, já que as investigações ainda estão em curso. "Por se tratar de um tema que ainda está em fase inicial da investigação e, pelo fato de a subcomissão ser permanente, o próprio relatório propõe que a partir do ano que vem ela seja reinstalada a fim de continuar dando sequência aos trabalhos", disse.

Telefonia - A terceira subcomissão a aprovar relatório acompanha e fiscaliza os serviços de telefonia fixa e móvel. As empresas telefônicas são as campeãs de reclamação de usuários nos Procons do País.

Segundo o relator, Edinho Bez (PMDB-SC), o índice de reclamações tem diminuído.

"Melhorou bastante, não resta dúvida, mas a área continua sendo campeã de reclamações dos Procons.

Eles alegaram que não chega a 1% os que reclamam. O problema é que eles têm 280 milhões de telefones celulares vendidos no Brasil." O presidente da comissão, Vicente Candido (PT- SP), também defendeu que a atuação das telefônicas continue a ser acompanhada no próximo ano.